

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Após a decisão do Governo em Conselho de Ministros de aumentar a classificação etária dos espetáculos tauromáquicos para maiores de 16 anos, protegendo as crianças e jovens deste tipo de espetáculo violento e que pode ferir a suscetibilidade dos espectadores, alguns empresários e autarquias locais decidiram proceder à oferta de bilhetes para touradas a crianças e jovens, em especial aos menores de 16 anos, além de anunciar de forma explícita nos cartazes de publicidade que é permitida a entrada a maiores de 3 anos acompanhados por um adulto.

Esta atitude só pode ser entendida como uma provocação à decisão recente do Governo, sendo acompanhada de ameaças à violação da lei, como se pode verificar em diversos artigos de opinião publicados na imprensa generalista e tauromáquica, repudiando este aumento de classificação etária.

É grave que alguns responsáveis autárquicos coloquem os interesses económicos (ou mesmo as “tradições culturais”) à frente do superior interesse das crianças, desafiando a legislação que protege os menores da exposição ao perigo e à violência e as recomendações do órgão máximo em matéria de proteção infantil que é o Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas.

Na Azambuja, a Câmara Municipal decidiu adquirir bilhetes para um Festival Taurino, que estava marcado para o dia 30 de outubro na praça de touros Dr. Ortigão Costa, para oferecer a crianças e jovens menores de 16 anos. A publicidade difundida em vários locais e na página web da autarquia salienta que “o Município de Azambuja está a oferecer bilhetes para o festival taurino, dia 30 de outubro, a menores de 16 anos de idade” sem referir a idade mínima para o ingresso na praça de touros, apesar de o espetáculo em causa estar classificado para “maiores de 12 anos”. O evento foi adiado, estando prevista a sua realização para o dia 7 de novembro.

Em Évora, o promotor de uma corrida de touros agendada para o dia 30 de outubro, anunciou que a entrada era “permitida a maiores de 3 anos”, tendo procedido à oferta de bilhetes a crianças e jovens da Escola Secundária Severim de Faria e Salesianos de Évora. Durante o espetáculo, um dos cavalos foi violentamente colhido, num acidente de grande impacto que provocou pânico na praça.

Estes dois exemplos demonstram o desrespeito pela classificação etária dos espetáculos tauromáquicos, bem como o desinteresse total pela defesa do superior interesse das crianças.

Recorde-se que, desde 2014, o Estado reconhece o caráter violento dos espetáculos tauromáquicos, tendo tornado obrigatória a inclusão na publicidade a estes espetáculos de uma advertência de que “o espetáculo pode ferir a suscetibilidade dos espectadores”.

Além dos maus tratos e violência contra animais, das imagens de sangue e ferimentos graves causados em cavalos e touros, este tipo de espetáculo inclui acidentes de grande violência e que provocam situações de grande ansiedade e pânico nos recintos. Além disso, todos os anos as colhidas ocorridas em praças de touros dão origem a um número elevado de feridos, muitos deles graves, e até a mortes.

Igualmente grave é a presença de crianças nas trincheiras (entre barreiras) das praças de touros, zona onde o risco de acidentes é bastante elevado e onde têm ocorrido episódios de extrema violência nos últimos anos. O RET proíbe expressamente a permanência entre barreiras de pessoas que não estejam identificadas e autorizadas pela IGAC (Artigo 28º).

Apesar das denúncias e alertas para esta flagrante violação da lei, continuamos a ver com frequência a presença de crianças nesta zona da praça de touros, sem que as autoridades policiais ou os Delegados nomeados pela IGAC o impeçam, potenciando a ocorrência de acidentes graves.

Face ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PAN vem por este meio dirigir ao Ministério da Cultura as seguintes questões:

- 1. O Ministério da Cultura tem conhecimento do incentivo dado por promotores e autarquias à assistência de crianças a espetáculos tauromáquicos?**
- 2. Tendo em conta que a publicidade aos espetáculos tauromáquicos obriga à inclusão da classificação etária do espetáculo (Artigo 22º) e que os promotores estão a deturpar essa classificação informando que os maiores de 3 anos podem assistir a touradas acompanhados por um adulto, que medidas vai adotar o Ministério para obrigar os promotores de touradas a respeitar a classificação etária no futuro?**
- 3. Que outras medidas vai adotar o Ministério para acautelar o cumprimento da lei e a proteção das crianças e jovens deste tipo de violência?**
- 4. A IGAC emitiu alguma autorização para a presença de crianças “entre barreiras” para a temporada de 2021?**
- 5. Que medidas tenciona o Ministério adotar para impedir a presença de crianças “entre barreiras” no futuro?**

Palácio de São Bento, 3 de novembro de 2021

Deputado(a)s

BEBIANA CUNHA(PAN)

INÊS DE SOUSA REAL(PAN)

Nelson Silva(PAN)